

Partido Socialista Português

História de um ocaso lento durante a Ditadura Militar

O Partido Socialista Português foi fundado em 10 de janeiro de 1875, impulsionado pelo 5º Congresso da AIT, realizado em Haia (setembro de 1872) e sob o impulso das ideias galvanizadoras da Comuna de Paris que mobilizaram em Portugal homens como José Fontana, Antero de Quental ou Jaime Batalha Reis. A eles se juntariam Nobre França, Azedo Gneco, José Tedeschi e Sousa Monteiro. Ainda antes do Congresso de Haia, este grupo havia formado a Associação Fraternidade Operária (janeiro de 1872) que publicava o boletim *O Pensamento Social*. Em Haia – representada por Paul Lafargue, genro de Karl Marx, que estivera em Portugal –, a Fraternidade Operária adota as orientações de uma maioria de delegados ao Congresso que recomenda a criação de partidos socialistas nacionais e a rejeição do anarquismo *bakunista*. Até ao seu ocaso, esta será a linha orientadora do PSP, não obstante as vigorosas lutas internas motivadas pelo peso do anarquismo presente em muitas das suas bases e depois, em 1919, da rejeição da integração na Internacional Comunista e da opção de adoção de uma estratégia de socialismo reformista – na linha da II Internacional Socialista –, a do socialismo gradualista e possibilista, defendidos, entre outros, por Jean Jaurès, um socialista francês que realizara a união das várias correntes em presença, através de uma síntese republicana e democrática, com disponibilidade para participar nos “governos burgueses”.

A luta entre revolucionários (marxistas) e gradualistas possibilistas esteve sempre presente e foi um motivo constante de lutas e dissensões, ao longo do séc. XIX. Na verdade, nenhuma das correntes conseguia por no terreno as linhas fundamentais do programa do Partido Socialista (1895) que passavam pelo pacifismo/anti-militarismo, pela solidariedade internacional, pelo igualitarismo e pela assunção da luta de classes. Os «revolucionários» viram-se ultrapassados pelo pendor anarquista e sindicalista revolucionário que marcou a tendência liderante do operariado português, especialmente depois da I Grande Guerra, e em geral durante toda a I República. Os gradualistas foram obrigados a fazer acordos/alianças com o pujante movimento republicano, nacionalista e

colonialista, que saíra da revolução republicana de 1910, caso optassem por obter lugares no Parlamento ou no Governo.

Emparedado pelos pujantes movimentos anarquista e republicano que ganharam espaço a partir do início do séc. XX, o PSP esteve impedido de levar por diante a sua política reformista, por mais justa que parecesse a linha programática defendida. O seu apogeu ocorreu no ano de 1919 quando os republicanos, liderados por José Relvas, negociaram a entrada dos socialistas em listas republicanas, tendo as «minorias» possibilitado a formação de um importante grupo parlamentar de 8 deputados e a entrega da pasta do Trabalho ao socialista Augusto Dias da Silva (janeiro-março de 1919), política que seria continuada no segundo governo de Domingos Pereira (janeiro-março de 1920), com a pasta do Trabalho entregue a Ramada Curto. São, contudo, experiências parlamentares e governamentais desanimadoras: curtas, desapoizadas e improdutivas. A semana de trabalho das 48 horas, os Seguros Sociais Obrigatórios e a política de «Bairros Sociais» não conseguem sair do papel, com a enorme desvantagem de terem liquidado qualquer experiência mais continuada e consequente dos «intervencionistas» nos governos republicanos porque, a partir destas experiências, aprofundaram-se as divisões no interior do PSP entre «intervencionistas» e «não intervencionistas»: para os «marxistas» ficara provado que o Estado não era, como afirmavam os «intervencionistas», «a garantia da harmonia dos interesses legítimos das diferentes classes»; para os «intervencionistas», a convicção de que a «república social» apregoada por alguns republicanos não era mais do que uma política de fachada e de captação de votos e de que a via revolucionária não passava de uma utopia irrealizável nos anos mais próximos, por duas razões: o operariado, muito causticado pela crise económica, respondia mais facilmente às soluções radicais e «desesperadas» da CGT e, para além do mais, a restrição do voto imposto pelos republicanos impedia a chegada dos socialistas ao poder por via eleitoral.

Nos anos seguintes, os socialistas desagregam-se – embora o PSP nunca tivesse sido uma realidade orgânica forte -, e só os congressos de Tomar (abril de 1922) e do Porto (junho de 1924) puderam dar um novo fôlego ao Partido. Não renegando as origens marxistas do socialismo e o papel e organização da classe operária e da luta de classes, afirmava-se, contudo, que se tornava necessário que o operariado adquirisse uma capacidade política e que os sindicatos desempenhassem uma função educativa nesse sentido. O socialismo seria, então, implantado de forma gradual e democrática, em função do peso do maior número dos operários na sociedade: socialismo e democracia

eram, pois, termos de um mesmo processo e implicavam-se em simultâneo, com exclusão dos meios revolucionários. Ramada Curto, o líder eleito, acreditava num progresso contínuo dos valores espirituais e morais – a par da necessária maturação da formação económica e dos processos a ela inerentes –, o que o distanciava do marxismo dos comunistas que só concebiam o socialismo como resultado de uma rutura revolucionária. No entanto estava longe de dispensar o papel do operariado como motor central da história nas sociedades industriais. O problema, segundo Ramada, é que em Portugal ainda não se tinha atingido um nível empresarial de grande dimensão, aquele que noutros países tinha dado origem a classes operárias poderosas e organizadas. Daí que o operariado português respondesse mais aos apelos dos anarquistas do que à doutrina dos socialistas. Por isso, era preciso aguardar o desenvolvimento das forças económicas e o acréscimo da consciência política do operariado. Por outro lado, as alianças “naturais” com os republicanos não tinham sido possíveis a partir de 1919-20, já que o único partido organizado, o Democrático, se tinha aliado às direitas conservadoras.

Com a agudização da luta infrene entre esquerda e direita que acompanhou os derradeiros anos da I República, o PSP tomou partido pela formação de um «bloco das esquerdas», tendo participado em numerosas reuniões de convergência que juntavam socialistas, comunistas, sindicalistas e republicanos de esquerda num combate «contra as ditaduras» que se anunciavam, tendo inclusive participado em comícios, como o que aconteceu em 18 de fevereiro de 1924, em Lisboa. Porém, também aqui as três principais famílias da esquerda se separaram irremediavelmente: o reformismo dos socialistas não se compatibilizava com o revolucionarismo de comunistas e «cêgetistas» ou com o radicalismo burguês das esquerdas republicanas, não igualitárias.

A linha «intervencionista», sob a liderança de Ramada Curto e Amâncio de Alpoim, iria impor a um Partido Socialista muito dividido uma última entrada negociada nas listas do PRP, nas eleições para deputados de 1925. Eleitos pelo Porto e por Lisboa, os dois deputados constituem-se, nos poucos meses de vigência dessa última Legislatura, numa consciência crítica da República: denunciam os conluíus dos líderes do PRP (mesmo de alguns ministros e deputados) com os militares conspiradores, combatem a forma iníqua e ilegal de deportação dos presos sociais, sem julgamento, para as colónias, acusam os poderes de usar dois pesos e duas medidas para julgar os crimes sociais e os crimes de colarinho branco – como o caso Angola e Metrópole –, deploram o fim do Ministério do Trabalho e fazem as suas últimas propostas, na linha programática do PSP: apresentam

um projeto de universalização do voto, defendem a continuidade do monopólio dos tabacos na posse do Estado e uma reforma do Exército que diminua drasticamente o número de efetivos e as despesas públicas associadas. Em 17 de maio de 1916, oito dias antes do golpe militar que derrubou a República, os dois deputados abandonaram a condição de parlamentares, por lhe parecer que o Parlamento não cumpria dignamente as funções para que fora eleito.

Em 28 de maio de 1926, depois do golpe militar, o PSP (Seção do Norte) fez sair uma nota em que denunciava a situação criada como «sidonada ou até uma ampliação dessa situação» e, dias depois, no seu XII Congresso Nacional (3 a 5 de julho), o PSP considerava que o golpe tinha sido consequência de erros cometidos pelos partidos republicanos, pedindo aos seus filiados que se abstivessem de participar em quaisquer solicitações, mantendo-se na expectativa.

Que restava para o campo socialista? Uma política como a de Largo Cabalero em Espanha? Não, afirmava Ramada Curto, isso seria uma “porcaria”. Tanto mais que “parte do operariado auxiliara a revolução militar” e o país lhe parecia “mais preparado do que a Itália e a Espanha para suportar um fascismo sem Mussolini e uma ditadura sem Rivera”. Pouco mais sobrava que “ensiná-lo [ao proletariado] a amar e a defender a liberdade” e a “criar uma consciência proletária como a inglesa, como a belga, como a francesa”. O país chegara ali pela “incompetência política do Partido Democrático, enorme corpo acéfalo, única força política da Nação, inútil à míngua de cabeças dirigentes, que transformara uma tragédia política numa cambalhota sem grandeza”.

Era, pois, uma situação sem retorno, segundo Ramada Curto, o líder da Junta Diretiva. Não acreditava na tropa, mas também não acreditava “no revirinho triunfante a favor dos culpados dela [ditadura]”. A realidade era o que era, e por isso lhe ocorria compreender a opção de Afonso Costa “no seu cómodo exílio de França”.

A situação era, de facto, trágica e sem retorno à vista, considerava Ramada. O Partido Democrático “reinava”, mas não governava e, perante a ação voraz dos acionistas dos Bancos e das Companhias, comportava-se como “um macaco que se afoga, pondo as mãos nas orelhas”. À esquerda e à direita comungavam das mesmas ideias os republicanos que anunciavam (ou desejavam) uma solução ditatorial e extra-parlamentar. Ora, o operariado, que de forma natural podia ter apoiado o PSP também se dividia entre os apelos ao poder salvífico de um ditador ou a distante revolução socialista, trazida pelos braços da greve geral revolucionária e redentora.

Ramada concluía: “A gente olha ao lado e não vê ninguém”.

Em 1931, Ramada Curto ainda se envolve diretamente na criação de uma Aliança Republicana e Socialista, afirmando que, aberto o período eleitoral, como havia sido prometido pelo Governo da Ditadura, havia de ir até às urnas, doesse a quem doesse. As eleições não estavam no horizonte da Ditadura Militar, como vários dos seus dirigentes fizeram entender em 1930, mas as derrotas flagrantes do Revirinho (Revolta das Ilhas – abril-maio de 1931 e Revolta de 16 de agosto de 1931, em Lisboa) acabariam por dar aos ditadores argumentos ainda mais fortes para endurecer a repressão e restringir qualquer tipo de liberdade, incluindo naturalmente a eleitoral.

Assumindo uma «esplendorosa equidistância» - entre as esquerdas revolucionárias e os silenciados partidos republicanos – o PSP e o seu jornal, *República Social*, seriam dos últimos órgãos semi-legais a sair do terreno para dar lugar à ditadura fascista. Muitos partidos republicanos – talvez com exceção da União Liberal Republicana de Cunha Leal – tinham baixado bandeiras ou tinham sido simplesmente encerrados. O PSP conseguiu reunir uma última Conferência em Coimbra (11-13 março de 1933), na verdade muito contestada pelas restantes oposições, sendo considerada, objetivamente, uma aliada da situação ditatorial, por se ter manifestado, de uma forma aberta muito crítica, contra as oposições republicanas, comunista e anarco-sindicalista e por ter sido marcada para os dias em que se plebiscitava a nova Constituição ditatorial.

O Partido não terminava em Coimbra, até porque muitas das suas unidades orgânicas – casas do povo, cooperativas, escolas, sindicatos, jornais – se conseguiram manter ativas até pelo menos 1936, tendo o seu principal órgão de imprensa, o jornal, *República Social*, saído a público até início de 1934 e o PSP recebido inscrições de filiados até 1935.

No entanto, o endurecimento da Ditadura, em tempos de Guerra Civil de Espanha, não deixou lugar para ninguém do campo republicano-socialista – fosse revolucionário ou reformista. Sobre a natureza do regime, Ramada Curto, o último líder do PSP, não tinha dúvidas, em 1934: «Quanto à diretriz política da ditadura é o fascismo, como toda a gente sabe. Um fascismo sem discursos, sem paradas, sem teatro. Um fascismo de gabinete. Não há camisas castanhas nem camisas negras. O ditador português não precisa de camisas de qualquer qualidade a apoiá-lo. Bastam-lhe as metralhadoras e as espingardas do Exército. Evita assim uma duplicação de despesas. Os camisas são caros e pesam nos Orçamentos»

Autor

Luís Farinha

